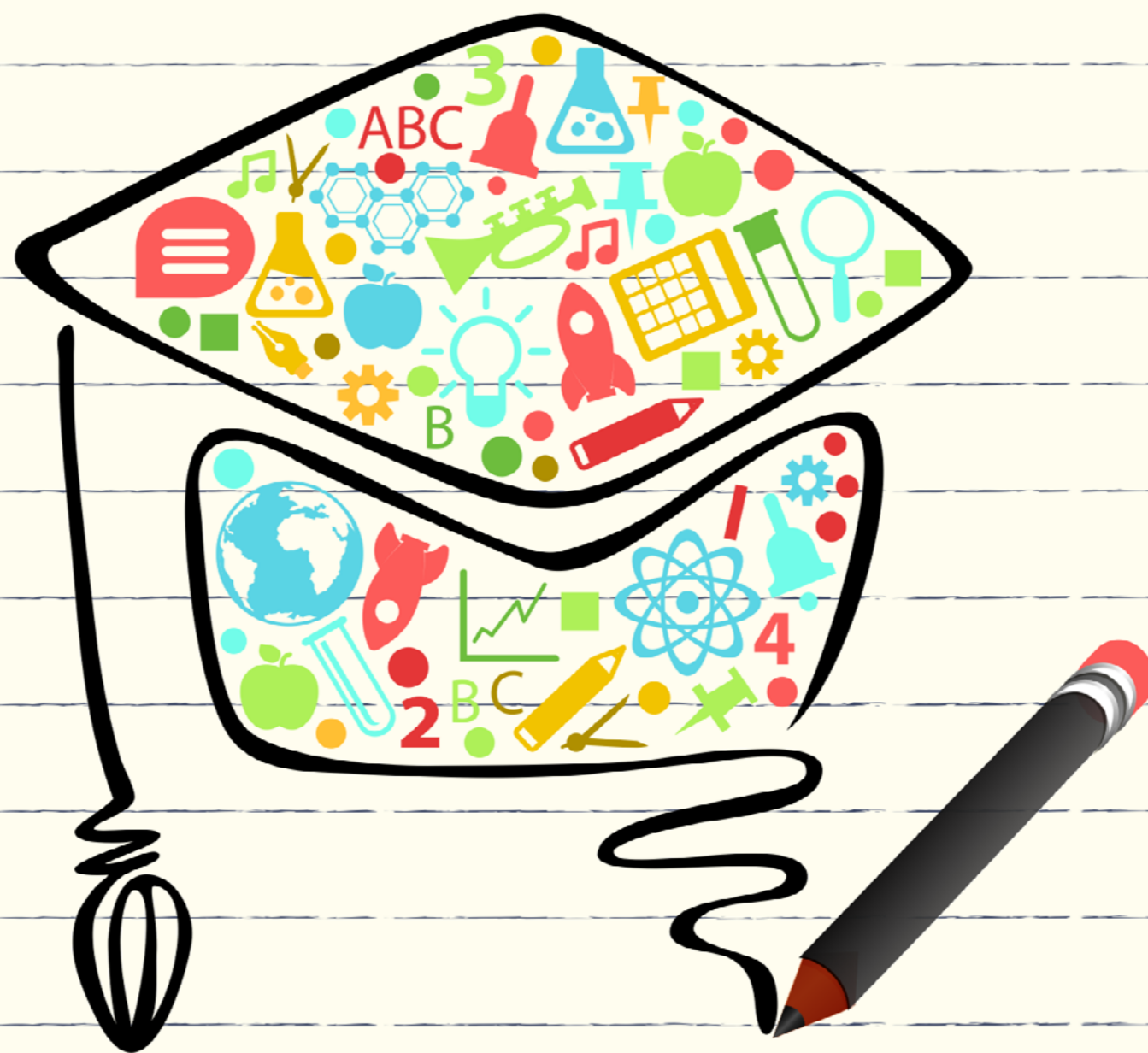


A Educação Especial e a inclusão escolar



Prof. Cecília Rafaelly de Oliveira Rutkoski

Caros alunos

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa *Adobe Reader 11*.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse pdf, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

Índice

Apresentação

Este material apresenta, de forma sintética, os conteúdos da disciplina de Educação Especial e Inclusão Escolar. Ele tem o objetivo de lhes trazer informações importantes, de maneira dinâmica. Para tanto, os capítulos apresentam vários comentários. Clicando neles, vocês terão acesso a links que levam a vídeos, blogs, documentos do MEC e Leis. Espero que vocês aproveitem esse material para ampliar seu conhecimento.

Bons estudos!

A Educação Especial e a inclusão escolar

A diversidade, desde sempre, fez parte do nosso país. Há diferentes etnias, religiões, línguas, culturas, gêneros, condições econômicas e sociais convivendo e formando uma rede de relações em nosso dia-a-dia.

No entanto, na escola, espaço onde a diversidade se encontra, os professores encontram dificuldades para educar a todos os alunos. Isso denota que a formação docente ainda está voltada para o ensino de classes homogêneas, desconsiderando o processo de universalização do ensino.

Em relação à Educação Especial, não se pode desconsiderar o contexto histórico de discriminação, pois, na Antiguidade, as pessoas com deficiência eram, em grande parte, eliminadas. Na Idade Média, com o surgimento do cristianismo, surgiram concepções mais humanizadas de deficiência, mas fortemente permeadas por uma visão mitológica dessa condição, ao passo que o imaginário social da deficiência evolui para práticas integradoras, chegando à atualidade com vistas ao processo de inclusão (MENDES, 2001).

Educacionalmente, as práticas se refletem nas concepções de deficiência do imaginário social ao longo do tempo, pois se iniciaram no modelo médico de deficiência, concebendo-a como uma patologia a ser curada.



Até que surgiu o modelo de integração, no qual as práticas tinham o objetivo de corrigir o defeito, possibilitando a convivência das pessoas com deficiência nos espaços sociais, na medida em que estas conseguissem se adaptar.

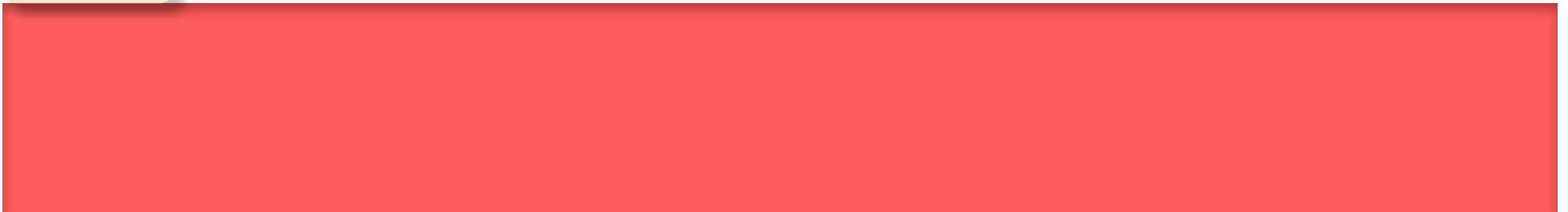
Desde a década de 1990 há a tendência de incluir a todos os alunos, adaptando o ambiente escolar às suas necessidades. No entanto, o processo de inclusão demanda uma mudança de paradigmas, muitas vezes realizado de forma ineficaz, pois nem sempre as pessoas com deficiência têm oportunidade de desenvolver suas potencialidades para que se sobressaiam em relação às suas limitações.



Em âmbito nacional, após um histórico de ensino segregado para os alunos com necessidades educacionais especiais, iniciou-se no Brasil o movimento pela inclusão, por influência internacional, haja vista a Declaração de Salamanca, em 1994, lançando os ideais inclusivos para a educação, e a Declaração de Guatemala, em 1999, pela eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência.



A legislação nacional acompanhou essa tendência, embora, na prática, a inclusão educacional ainda encontre barreiras para sua realização, fato que se justifica por não ser um processo construído culturalmente, mas uma imposição governamental.



A proposta de inclusão escolar

A Constituição, que apresenta os princípios políticos do país, garante no artigo 208 inciso III, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Por sua vez, dentre outras disposições a respeito da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, corrobora o artigo 208 da Constituição Federal em seu Capítulo V, da Educação Especial, artigo 58: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

A LDB 9.394/96, sobretudo foi um avanço para o processo de inclusão escolar por realocar a Educação Especial, agora uma modalidade de ensino que pode ser oferecido aos alunos com necessidades educacionais especiais que frequentam as classes regulares, passando de substitutivo, enquanto tendência de integração, para complementar à escolaridade.

Acessem os links abaixo para ler na íntegra a Constituição Federal e a LDB 9.394/96

NOTAS

Por sua vez, o Ministério de Educação e Cultura – MEC propõe a transformação das escolas em territórios inclusivos. Dentre os atuais documentos do MEC, destacam-se atualmente o **Documento Subsidiário à Política de Inclusão**, de 2005, e as Diretrizes Curriculares Nacionais, que trazem concepções de ensino e de inclusão escolar.

O Documento Subsidiário à Política de Inclusão (2005) traz, como concepção de inclusão, o princípio de educação para todos, o que remete à universalização do ensino, considerando o atendimento às necessidades educacionais de cada aluno e a valorização da diversidade, por se tratar de uma tentativa de suporte e orientação aos sistemas educacionais, ao apresentar a formação de redes de apoio à inclusão como estratégia de efetivação.

Como proposta para efetivação dessa inclusão, orienta que as diferentes áreas de atendimento, saúde e educação, formem uma rede de apoio que partilhe saberes em prol da formação integral da pessoa com necessidades especiais. A função dessa equipe deve ser identificar e remover as barreiras para a inclusão. Assim, assume que o processo de inclusão demanda a ampliação da discussão pedagógica e legal para o contexto social e convoca os profissionais e as instituições a se comprometerem com a inclusão.

No que se refere mais precisamente à área educacional, o texto afirma que o professor sozinho não é responsável pela transformação de todo o contexto educacional. Este precisa estar integrado a uma equipe interdisciplinar. Além disso, defende a extinção das classes especiais e transformação da educação especial enquanto atendimento especializado no ensino regular, o que implica na capacitação dos professores, sejam eles especialistas ou não.

Por sua vez, o segundo documento, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (BRASIL, 2013) recomenda a melhoria das condições de acesso e permanência do alunado da educação especial nas classes comuns do ensino regular, através da utilização de materiais didáticos, espaços, mobiliários, comunicação e transporte que favoreçam a autonomia desse alunado. Além disso, recomenda a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais para a oferta de Atendimento Educacional Especializado em período de contraturno.

.....

O atendimento educacional especializado

Serviços e apoios da Educação Especial

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é composto por serviços e apoios para o alunado da Educação Especial. Dentre eles os mais comuns são as Salas de Recursos Multifuncionais e os apoios: salas de apoio, intérpretes de Libras, professores instrutores de Libras, professores de apoio à comunicação alternativa, agentes operacionais (locomoção, alimentação e higiene).

As Salas de Recursos Multifuncionais têm sido gradativamente implantadas em substituição às Classes Especiais, com a função de auxiliar os alunos a superar suas limitações no processo de aprendizagem. O atendimento é prestado por um professor especialista em Educação Especial.

As salas de apoio têm a função de auxiliar os alunos em disciplinas específicas nas quais tenham dificuldades. O atendimento é realizado pelo professor da disciplina.

Os intérpretes de Libras são profissionais que têm a função de mediar a comunicação fazendo a interpretação do Português para a Libras, ou a tradução da Libras para o Português, tornando os conteúdos acessíveis a alunos surdos que frequentam as classes regulares.

Os professores instrutores de Libras são os principais responsáveis pelo desenvolvimento linguístico dos alunos surdos em sua língua materna: a Libras.

Os professores de apoio auxiliam na comunicação alternativa e aumentativa de alunos com paralisia cerebral ou transtornos na fala.

Os agentes operacionais auxiliam na locomoção, alimentação e higiene de alunos com deficiência física neuromotora.

Além disso, o AEE envolve o uso das Tecnologias Assistivas, que podem ser recursos de acessibilidade ao computador, recursos de comunicação e também de mobilidade, além das adaptações arquitetônicas e curriculares.

Adaptações curriculares na atual política de inclusão: Programa Educação Inclusiva

Quanto à essas adaptações, o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade do MEC (FÁVERO; PANTOJA; MANTOAN, 2007), reconhece que a inclusão é um grande desafio para as escolas, ou ainda, que não se pode afirmar que as escolas têm oferecido aos alunos com necessidades especiais a educação a que eles têm direito. Explica que a maioria dos professores não está preparada para o ensino inclusivo, muitas vezes não acreditando que a inclusão pode trazer benefícios para esses alunos, visto que o programa traz orientações de práticas pedagógicas no ensino regular para que seja inclusivo.

Diante disso, o programa propõe atualizações pedagógicas, transformações das práticas escolares para dar conta desse desafio, tais como: colocar a aprendizagem como eixo das escolas, assegurar condições de tempo para aprendizagem, garantir atendimento educacional especializado, possibilitar uma formação cidadã, valorizar e estimular o professor, pois este tem um papel fundamental na aprendizagem.

Entretanto, essas transformações não envolvem uma simples transição, pois causariam implicações nos processos de construção da cultura escolar, em ações orientadas por significados, valores, produzidos na tessitura da história.

Transformações nas ações técnicas, como condições de tempo, recursos materiais, inserção de novas tecnologias, podem ser realizadas em curto prazo. No entanto, as demais recomendações que o documento traz - como eliminação de currículos adaptados e aulas de reforço em substituição a metodologias mais interativas, com atividades coletivas que possam ser realizadas conforme o interesse e capacidade de cada aluno, em suma, a adoção de um currículo centrado no processo de aprendizagem partindo do interesse e interação entre os alunos - demandam conhecimentos dos quais os professores não dispõe, uma cultura escolar ainda por vir.



Fonte:everystockphoto

No entanto, além dessas reflexões a respeito da Educação Especial no contexto da inclusão, esse programa é composto por cadernos que trazem contribuições para o ensino de alunos com deficiência por área, a seguir especificados:

O caderno sobre Atendimento Educacional Especializado – AEE para alunos com deficiência mental aborda as limitações impostas socialmente a essas pessoas, pois concebe a deficiência como uma situação social que interfere na autonomia e independência do sujeito. Ademais, o material tem a pretensão de conduzir a uma compreensão da deficiência mental, trazendo também práticas pedagógicas interessantes que demonstram ser possível educar com qualidade a essa parcela da população.

Nessa direção, o AEE para alunos com deficiência mental consiste na exposição a estímulos que facilitem o desenvolvimento da autonomia e criatividade dos alunos, além de atividades que intervenham nos processos cognitivos auxiliando no processo de aprendizagem.



O caderno sobre AEE para alunos com deficiência visual expõe a conceituação de deficiência visual - baixa visão ou cegueira, sugere atividades, adaptações do ambiente, demonstra os recursos necessários a cada caso, como o sistema Braille, por exemplo, e as formas de avaliação do aluno com deficiência visual.

Além disso, recomenda que as atividades sejam adaptadas às condições visuais dos alunos, assim como a luminosidade da sala e a localização do aluno no espaço. E, ainda, que se prepare o material a ser utilizado durante as aulas com antecedência, para que se possa adaptá-los adequadamente, a exemplo da inclusão de descrições em vídeos ou de impressão em Braille.



O caderno sobre AEE para alunos com deficiência física apresenta um vasto conhecimento sobre a área, apontando as limitações de locomoção e comunicação que estão presentes na vida dessas pessoas. Especifica também as Tecnologias Assistivas – TA para auxiliar no ensino, a exemplo da Comunicação Alternativa e Aumentativa.

Acessem os links abaixo para saber mais sobre Comunicação Alternativa e Aumentativa. Leiam sobre e visualizem diferentes tipos de dispositivos.

Recomenda ainda que o AEE dos alunos com deficiência física tenha como base o reconhecimento de cada necessidade especial para que os recursos sejam disponibilizados de maneira adequada, pois existem várias TA que podem ser utilizadas tanto na área da comunicação (acionadores, vocalizadores, pranchas de comunicação...), quanto da acessibilidade ao computador (teclado adaptado, programas de predição de palavras, acionadores que substituem o mouse...), assim como no âmbito das adaptações arquitetônicas (corrimãos, elevadores, rampas, portas adaptadas...) e até mesmo dos materiais a serem utilizados em sala de aula (tesouras adaptadas, engrossadores de lápis, prendedores para fixar o papel na carteira...)

.....

.....

.....

NOTAS

O caderno sobre AEE para alunos com surdez propõe três tipos de momentos didáticos para que os alunos possam aprender em classes regulares: a presença do intérprete de Libras na sala de aula, a aprendizagem da Libras e a aprendizagem do Português como segunda língua em momentos específicos.

Além disso, expõe três abordagens muito utilizadas ao longo do percurso da educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo, sendo a última adotada como melhor alternativa pela comunidade surda e pelo MEC, porém, com algumas divergências de concepções no atendimento.

.....

A proposta de educação bilíngue para surdos considera que a questão da surdez vai além da limitação sensorial da audição. Os surdos usuários de Libras são uma comunidade linguística e cultural e as suas dificuldades de inserção no ensino comum provêm do fato de ser a Libras sua língua materna, na qual teriam condições plenas de aprendizagem, ou seja, sua língua ideal de instrução. Por outro lado, o ensino do Português, na modalidade escrita, é importante por se tratar de facilitar o acesso à convivência e independência na sociedade, haja vista a pouca disseminação da Libras na mídia e em grande parte dos espaços públicos.

No entanto, a proposta de educação bilíngue para surdos do MEC admite que o ensino seja em classes regulares com a presença de intérprete de Libras, como propõe o PNE 2014-2024 na estratégia 4.7, enquanto que comunidade surda luta pela manutenção e ampliação das escolas, ou quando não for possível, das classes especiais bilíngues, para que os alunos surdos possam conhecer a sua língua e também sua cultura e identidade, pois essa convivência possibilita ao aluno surdo desenvolver sua identidade a partir da diversidade linguística e não da anormalidade, junto a seus pares.

.....

.....

.....

NOTAS

Redacted area (solid red background)

Conclusão

A proposta de Inclusão Escolar é de caráter internacional e, no Brasil, faz parte das políticas públicas, estando amparada pela legislação e também pelo Ministério da Educação, em diversos documentos que objetivam orientar esse processo.

No entanto, a inserção satisfatória do alunado da Educação Especial no sistema educacional depende, em grande parte, dos agentes mais envolvidos no processo educacional: aqueles que têm a responsabilidade de planejar, ensinar e avaliar aos seus alunos, mediando as relações na sala de aula. Ou seja, o conhecimento e a sensibilidade do professor diante das necessidades especiais é fator determinante para o sucesso do processo de inclusão.

Referências

APAE BAURU/SP. Blog.spot. Disponível em: <http://bauru.apaebrasil.org.br/arquivos.phtml?t=3316>. Acesso em 07 de maio de 2015.

ASSISTIVA TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/ca.html>. Acesso em 10 de maio de 2015.

BERSCH, R. C. R. Tecnologia assistiva. In: Atendimento educacional especializado: deficiência física. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007, p. 31-37. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf. Acesso em: 18 de abril de 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 12 de maio de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2014.

BRASIL. Diretrizes curriculares para a educação básica. Brasília: MEC/ Secretaria da Educação Básica, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12663&Itemid=1152. Acesso em: 02 de maio de 2015.

BRASIL. Lei. N. 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: D. O. U. 25 de jun de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 05 de abril de 2015.

DAMÁZIO, M. F. M. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. Brasília: SEESP/ SEED/ MEC. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf. Acesso em 18 de abril de 2015.

EVERYSTOCKPHOTO. Disponível em: <http://www.everystockphoto.com/>. Acesso em: 03 de maio de 2015.

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. M. P.; MANTOAN, M. T. E. Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas. Brasília: MEC/ SEESP, 2007.

GOMES, A. L. L.; FERNANDES, A. C.; BATISTA, C. A. M. et al. Atendimento educacional especializado: deficiência mental. Brasília: SEESP/SEED/ MEC. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2015.

MAINIERI, S. P.; FREITAS, L. B. L.; PINHO, G. S. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: MEC/SEESP, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>. Acesso em 21 de março de 2015.

MEC/SEESP. Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para a educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para a comunicação alternativa. Brasília: MEC/SEESP. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/comunicacao.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2015.

MENDES, E. G. Reconstruindo a concepção de deficiência na formação de recursos humanos em educação especial. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, E. D. O.; Perspectivas multidisciplinares em educação especial II. Londrina: EDUEL, 2001. p. 53-63.

MJ/CORDE. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

PORTAL SENADO. Surdos querem escolas bilíngües com linguagem brasileira de sinais. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/05/19/surdos-querem-escolas-bilingues-com-codigo-de-libras>. Acesso em 14 de abril de 2015.

ROTH, B. W. (Org.) Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2015.

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. Atendimento educacional especializado: Deficiência visual. Brasília: SEESP/SEED/MEC. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em: 18 de abril de 2015.

UNESCO. Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Guatemala: UNESCO, 1999. Disponível em: <http://www.unesco.com.br>. Acesso em: 12 de agosto de 2014.

WIKIPEDIA. Vítor de Aveyron. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Victor_de_Aveyron. Acesso em 01 de maio de 2015.

YOUTUBE. Movimento Surdo em favor da Educação e da Cultura Surda: Prof. Emiliano, pai de Surdo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uR8Zu9sB4KA>. Acesso em: 28 de abril de 2015.

YOUTUBE. Ser diferente é normal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hfurp3SvuPY>. Acesso em 02 de maio de 2015.